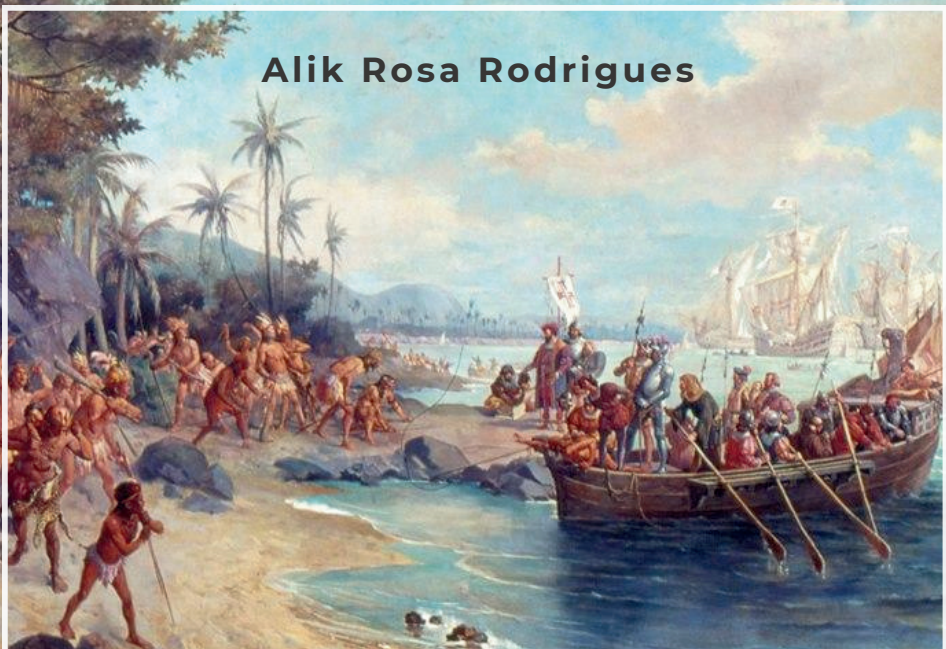


Alik Rosa Rodrigues



A PERSPECTIVA
PORTUGUESA SOBRE
O DESCOBRIMENTO
DO BRASIL:

ANÁLISE DE MANUAIS
ESCOLARES



Alik Rosa Rodrigues

A PERSPECTIVA
PORTUGUESA SOBRE
O DESCOBRIMENTO
DO BRASIL:

ANÁLISE DE MANUAIS
ESCOLARES



Autora: Alik Rosa Rodrigues

Conselho Editorial: Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Editoração: Priscila Pereira Pinto

Capa: Priscila Pereira Pinto

Ilustração da Capa: Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500, Oscar Pereira da Silva, 1900. Tinta a óleo: Dimensões 190 centímetro x 330 centímetros. Localização: Museu do Ipiranga

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Rodrigues, Alik Rosa

A perspectiva portuguesa sobre o descobrimento do Brasil [livro eletrônico] : análise de manuais escolares / Alik Rosa Rodrigues. -- 1. ed. -- Porto Alegre, RS : Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-86542-10-3

1. Brasil - Descobrimento e explorações 2. Brasil - História
3. Brasil - História - Descobrimento, 1500 I. Título.

23-186934

CDD-981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Este e-book foi desenvolvido durante o projeto de mestrado profissional da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Atendimento ao Público com Agendamento Prévio:

Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760 E-mail: ihgrgs@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

Youtube: youtube.com/@ihgrgs Facebook: facebook.com/IHGRGS

Instagram: instagram.com/ihgrgs

Sumário

Apresentação	4
CAPÍTULO 1	
Intenções e Condições para o Descobrimento.	10
CAPÍTULO 2	
A Chegada dos Portugueses ao Brasil	17
CAPÍTULO 3	
Índios, guerras e trabalho indígena	25
CAPÍTULO 4	
Negros escravizados.	34
CAPÍTULO 5	
Decisões políticas e econômicas.	42
Considerações Finais	49
Referências.	52

Apresentação

O descobrimento do Brasil aconteceu em 22 de abril de 1500 pelos portugueses, e este tema possui abordagens diferentes no atual ensino escolar dos dois países. Após a análise de manuais de ensino brasileiros e portugueses aprovados pelo MEC e utilizados no ensino escolar, foi possível elaborar esta cartilha que apresenta a perspectiva portuguesa e brasileira sobre o Descobrimento do Brasil. Esta está destinada a professores de História, podendo servir como um guia para orientar na abordagem do tema em sala de aula. O modelo de cartilha foi escolhido pois esta, pode ser utilizada pelo professor durante as aulas como material auxiliar, permitindo a abordagem do conteúdo de forma diferenciada.

Ainda, segundo (FREITAS, 2013): “A elaboração de cartilhas auxilia no ensino, como uma ferramenta pedagógica auxiliar na popularização do conhecimento”, concluindo que a cartilha é um método alternativo que possibilita a aproximação do conteúdo ministrado em sala de aula ao cotidiano, fazendo com que o processo ensino-aprendizagem seja abordado de forma lúdica.

Acredita-se que a abordagem portuguesa é introduzida com as “Grandes Navegações” apontando os contributos portugueses para o alargamento do conhecimento no mundo e enfatizando os pontos positivos da colonização, para, em seguida abordar especificamente sobre a descoberta do Brasil.

Já a abordagem brasileira apresenta a ideia de que a expansão marítima foi estimulada pelo lucro e pelo objetivo de expandir o cristianismo no mundo, abordando as consequências negativas da colonização, que causou um impacto desastroso tanto para os povos indígenas quanto para os afrodescendentes. No caso dos indígenas, além de escravizados perderam suas terras e foram contaminados por diversas epidemias. No caso dos africanos, foram arrancados de suas terras e traficados como escravizados para trabalhar nas lavouras coloniais.

A justificativa para esta cartilha baseia-se na importância de contribuir para o ensino de História e, especificamente sobre o tema do Descobrimento do Brasil. A metodologia científica deste trabalho vincula-se a uma análise do discurso de manuais de ensino brasileiros e portugueses, aprovados pelo MEC no Brasil e do Ministério da Educação em Portugal e utilizados no ensino escolar. Será feita uma análise crítica e uma comparação entre os materiais.

Dessa forma, a análise é feita a partir da metodologia de uso de conceitos comuns e da busca pelos mesmos tópicos nos textos. Não foi considerada, neste sentido de construção discursiva, a ideia de estilo do texto ou de busca de momentos de ruptura. As duas formas escolhidas estão ligadas à delimitação das fontes, livros específicos e previamente conhecidos, e também ao objetivo final, de mostrar a professores escolares um contraste entre os discursos criados.

Portanto, a partir das seguintes listas foram selecionados os manuais que serão utilizados neste tra-

balho. Em relação aos manuais utilizados no Brasil, foram escolhidos: “América: Povos, Territórios e Dominação Colonial volume 5” escrito por Julieta Romeiro, Maria Raquel Apolinário, Ricardo Melani e Silas Martins Junqueira, editora Moderna, e utilizado no Ensino Médio. A obra busca destacar a diversidade natural, cultural e de povos que habitavam o continente americano, bem como as formas de organizar a vida social e de conhecer e significar o mundo. O estudo da colonização da América permite compreender o impacto desse processo, tanto nos territórios conquistados e na vida de indígenas e africanos escravizados, quanto no pensamento e no modo de vida dos europeus. As discussões sobre a colonização do Brasil, tema central no volume, é o ponto de partida para a reflexão sobre como o domínio colonial português atuou na configuração do território, das estruturas políticas e da sociedade brasileira contemporânea.

Como segundo manual brasileiro, foi escolhido: “Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Brasil Diverso: Povos e Paisagens” escrito por Arno Aloísio Goettems, Cândido Grangeiro, Antonio Luís Joia e Cosme freire Marins, editora Palavras, e utilizado também no Ensino Médio. No século XX, o filósofo alemão Walter Benjamin e o historiador francês Marc Bloch sugeriram, cada qual a seu modo, buscar no passado as razões para viver. Era um retorno em busca de sonhos, projetos, aventuras e experiências capazes de preencher de felicidade o tempo presente (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 14, 2020). Inspirada nas propostas desses e de outros

pesquisadores, esta Coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio objetiva a compreensão das realidades que o cercam. O livro afirma esperar que a construção de um projeto de vida pessoal e para a sociedade, pautado na ética, no exercício consciente da cidadania e na busca de um lugar mais justo e menos desigual. A intenção não é somente o aprendizado com essas experiências, mas também a percepção de como as pessoas são capazes de criar soluções para seus problemas e transformar suas realidades.

Em relação aos manuais escolares portugueses, foram selecionados de acordo com a lista do Ministério da Educação Português: “Contamos com a História 10” escrito por Cláudia Amaral, Elisabete Jesus, Pedro Almiro Neves e Maria Manuela Carvalho, Porto Editora, e utilizado no 10º ano do ensino secundário. O manual afirma, sobre si mesmo, ser um projeto pedagógico renovado, que segue as Aprendizagens Essenciais de História B, quer no que respeita à abordagem dos conteúdos, quer no que toca às orientações metodológicas, sem esquecer o Programa Oficial da disciplina, no que respeita à recuperação de conteúdos importantes para o enquadramento cronológico e temático necessários. Os componentes do projeto foram construídos tendo como base os documentos curriculares em vigor, a pertinência e a diversidade das fontes históricas questionadas, a apresentação de percursos pedagógicos diversificados no processo de ensino-aprendizagem, o rigor, a clareza e completude do texto explicativo, a correlação passado-presente e a componente de

formação para a Cidadania, inerente à natureza da educação histórica.

Foi utilizado também o manual português “Viagens no tempo 5”, escrito por Armando Santos, Joana Cirne, Marília Henriques, Areal Editores e utilizado no 5º ano do ensino básico. Este manual do ensino básico foi escolhido devido à escassez de conteúdo sobre o Descobrimento do Brasil nos manuais portugueses do ensino secundário. Os manuais do ensino secundário tratam do tema de uma forma genérica, abordando apenas alguns pontos do descobrimento do Brasil e também, agrupando a colonização portuguesa e a colonização espanhola, justificando que não somente a coroa portuguesa foi colonizadora e exploradora.

Foram acessados cada um dos manuais do 10º, 11º, e 12º ano, no entanto foi escolhido um manual de anos anteriores pois nenhum outro havia material suficiente para que a comparação seja feita. Assim, após o esgotamento das possibilidades de comparação mais semelhantes, houve volta a um livro no qual consultas iniciais tinham resultado em muitas considerações referentes à pesquisa.

Os manuais portugueses do 10º ano do ensino secundário equivalem aos manuais do Ensino Médio brasileiro, já os manuais do ensino básico português correspondem aos manuais do Ensino Fundamental brasileiro.

Após a análise dos materiais, verifica-se diferenças relacionadas à estrutura e aos conteúdos temáticos dos manuais e na abordagem do tema. Segundo

pesquisas a respeito do tema, observou-se que há uma heterogeneidade entre eles, e entre os níveis escolares analisados. Esta heterogeneidade sugere a existência duma diferenciação qualitativa ao nível das representações sociais que são difundidas aos grupos mais jovens, através dos manuais escolares (SOARES, CORREIA, 2013).

Intenções e Condições para o Descobrimento

Este tópico apresenta o discurso encontrado a respeito da intenção dos portugueses com o descobrimento do Brasil e como os manuais brasileiros e portugueses apresentam, para os alunos em formação, sobre este tema.

A partir do manual brasileiro “*Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Brasil Diverso: Povos e Paisagens*” observa-se que, primeiramente, é feita uma abordagem detalhada sobre o povoamento do Brasil, sobre os índios que habitavam aquela terra, suas origens, seus costumes e tradições.

Afirma-se que o que motivou os portugueses a realizarem as grandes navegações foi a crise que ocorria na Europa naquele momento e também, o fato de que os recursos preciosos para a negociação como o ouro e a prata estavam esgotando:

“ Há séculos, o comércio se disseminava por toda Europa Ocidental, favorecendo a circulação de mercadorias e pessoas. Como resultado, o convívio dos europeus com outros povos e culturas foi intensificado e, nesse contexto, ampliados a aquisição e o uso de produtos originários de locais distantes, como as especiarias provenientes da Índia, de grande valor na Europa e apreciadas pelas Elites. No século XIV, porém, o contínuo crescimento dessas atividades esbarrava em diversas dificuldades. As reservas de metais preciosos (sobretudo ouro e prata), importantes para a realização dos negócios, começavam a se esgotar no continente. Desejava-se ainda encontrar novas fontes de fornecimento, ampliar a oferta de produtos, fixar novos entrepostos comerciais e quebrar antigos e consolidados monopólios (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 52, 2020).

Já segundo o manual brasileiro, “América: Povos, Territórios e Dominação Colonial volume 5” os portugueses possuíam conhecimentos náuticos devido às expedições que já haviam realizado, e que a intenção de realizar a nova expedição era estabelecer uma rota comercial permanente com as índias:

“ Quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 22 de abril de 1500, já tinham organizado grandes viagens de exploração do Atlântico, instalado empórios comerciais na costa africana e iniciando o cultivo da cana-de-açúcar nas ilhas do Atlântico. A maior conquista portuguesa tinha sido a descoberta do caminho marítimo para as Índias, em 1498, com a chegada da expedição de Vasco da

Gama ao porto de Calicute. O sucesso da viagem de Vasco da Gama levou a Coroa Portuguesa a organizar uma nova expedição com objetivo de estabelecer uma rota comercial permanente com as índias. A armada, composta de 13 navios, e 1200 homens, foi confiada ao fidalgo Pedro Álvares Cabral. A expedição zarpou do posto de Lisboa em 9 de março de 1500. Porém, logo após cruzar o arquipélago de Cabo Verde, os ventos e as correntes fortes do Atlântico Sul, associados à inexperience de Cabral no comando de uma esquadra, empurram os navios para o oeste. Assim, no dia 22 de abril de 1500, a frota de Cabral atingiu o litoral de Porto Seguro, na região da Bahia (ROMEIRO, Julieta et al. pg. 118-119, 2020)

Por sua vez, o manual português “Contamos com a História 10” inicia o tema abordando as inovações portuguesas e seus contributos para a expansão do conhecimento no mundo. É evidente a intenção portuguesa em estabelecer comparações com a Espanha, acompanhada pela afirmativa de que Portugal liderou a exploração territorial bem como o discurso de elogio às próprias proezas. Além disso, nota-se um interesse contínuo no Brasil, frequentemente destacando sua relevância econômica.

“*Portugueses e Espanhóis foram os primeiros europeus a iniciarem a expansão ultramarina, um processo de conquista geográfica, militar e comercial. Portugal foi pioneiro no arranque e edificou o seu Império com base na exploração comercial e na dispersão territorial, em várias áreas do Globo (AMARAL, Cláudia et. al, pg. 36, 2022).*”

“ No arranque da Época Moderna, Portugal reunia um conjunto de condições favoráveis à Expansão marítima. Uma localização geográfica privilegiada, e potenciada por uma rede hidrográfica de boa navegabilidade e por uma rede de portos, permitiu a crescente articulação entre o pequeno comércio de cabotagem e o comércio externo de dimensão internacional. A atividade marítima foi, sem dúvida, o grande dinamizador da economia nacional, impulsionada por atividades como a pesca, a salga, a extração do sal e a construção naval. A Coroa portuguesa promoveu a fundação de póvoas marítimas, concedeu privilégios e apoiou a formação de confrarias e irmandades de “homens do mar” (AMARAL, Cláudia et. al, pg. 37, 2022)

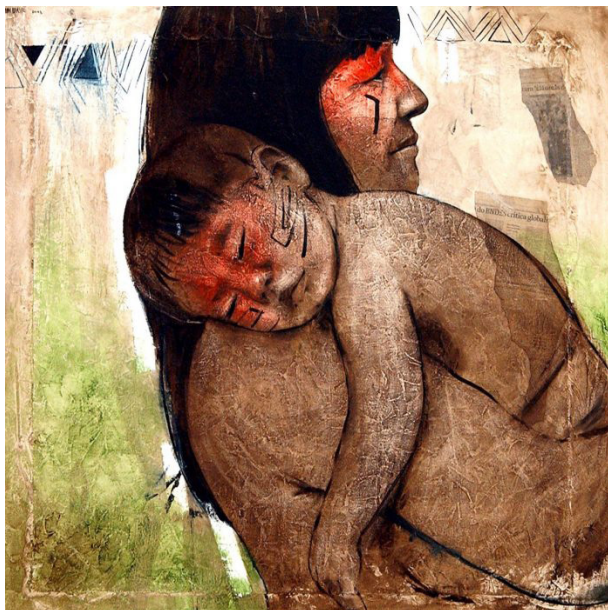
“ No Atlantico sul, a partir de 1500, uma nova rota ganharia importância comercial para os Portugueses: a do Brasil, movida inicialmente pelos interesses do pau-brasil e, após o século XVI, pelo açúcar que, articulado com o tráfico negreiro africano, deu origem ao comércio triangular e a mais um quadro geográfico-económico do Império Português (AMARAL, Cláudia et. al, pg. 39, 2022).

Já o manual português “Viagens no Tempo 5” inicia o tema tratando diretamente da chegada dos Portugueses ao Brasil, e é também abordada a carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao el-Rei D. Manuel no ano de 1500:

“ Os índios vistos pelos Portugueses - A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andavam nus,

traziam o beijo de baixo furado e uma espécie de cabeleira de penas de ave amarela, que lhes cobria o touço e as orelhas (...) (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016).

Imagem 1



Maternidade Kamayura - Autor: Élon Brasil (2008).
Localização: Museu de Arte do Parlamento de São Paulo. Disponível em: <https://bonifacio.net.br/maternidade-kamayura/>

A partir dos manuais brasileiros e portugueses é possível observar que estes, primeiramente, abordam o tema de forma detalhada, buscando explicar como era o território brasileiro antes do descobrimento, as origens dos povos que lá habitavam, sua cultura e tradição, algo que se quer foi mencionado nos manuais portugueses. Ainda, a Coroa portuguesa

possuía intenções econômicas ao descobrirem Brasil, principalmente devido ao fato de que a Europa passava por uma crise econômica e precisavam obter lucro através da exploração de recursos.

Imagem 2



Caminha lê a Carta a Pedro Álvares Cabral, Francisco Aurélio de Figueiredo: 1900. Fonte: História do Brasil (v.1), Rio de Janeiro: Bloch, 1980.

Já os manuais portugueses apresentam uma abordagem pouco detalhada e eurocêntrica do tema,

buscando enfatizar suas inovações como a caravela, bem como as contribuições que proporcionaram a humanidade. Buscam justificar a expansão marítima como forma de alargar o conhecimento do mundo, pois naquele tempo não se sabia muito sobre o planeta.

A Chegada dos Portugueses ao Brasil

Este tópico pretende abordar sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, como foram recepcionados pelos índios e como se deu a relação inicial entre portugueses e indígenas.

O manual brasileiro “*Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Brasil Diverso: Povos e Paisagens*” afirma que, com as Grandes Navegações, a Coroa Portuguesa consolidou um vasto império com domínios em todo o mundo. Em 1500, organizaram uma nova expedição para garantir a presença nas índias, comandada por Pedro Álvares Cabral, com 13 embarcações. No entanto, acabaram chegando no Brasil, que naquela época, chamaram de Terra de Vera Cruz:

“ Até o século XVII, a América teve pouca importância para o Império Português. Nas primeiras três décadas, passaram praticamente tateando o terreno, instalando pequenas feitorias em alguns pontos na área litorânea para negociar com os povos nativos e armazenar as especiarias locais, como o pau-brasil. A primeira dessas feitorias foi Cabo Frio, organizada por Américo Vespúcio em 1504 (...) Para fazer o reconhecimento das terras foram deixados vários lançados que apenas sobreviveram por causa das relações estabelecidas com os indígenas. Nessa relação, os nativos tornaram-se também responsáveis por fazer a coleta das especiarias levadas a Europa. Para estabelecer esse negócio, como em muitas outras áreas da África e Ásia, os europeus praticaram o escambo, bastante (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 61, 2020).

Imagem 3



Descobrimiento do Brasil. Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo, 1887. Pintura. Dimensões: 52,3 x 71,3 cm. Localização: Museu Histórico Nacional.

Já segundo o manual brasileiro “*América: Povos, Territórios e Dominação Colonial volume 5*” o descobrimento do Brasil é apresentado de forma detalhada e cronológica. O tema inicia-se com o Brasil antes da colonização, quem eram os primeiros habitantes, como viviam, suas dinâmicas, bem como aspectos geológicos:

“ É designada como história pré-cabralina o período anterior à chegada dos portugueses no local que hoje constitui o território brasileiro. Antes de 1500, toda a região era ocupada somente por populações nativas, que passaram a ser chamadas de indígenas (ROMEIRO, Julieta et al. pg. 50, 2020).

Imagem 4



Primeira Missa no Brasil, Victor Meirelles. Tinta a óleo: Dimensões: 268 centímetro x 356 centímetro. Localização: Museu Nacional de Belas Artes.

Ainda, segundo o manual, após encontrarem o território, os portugueses permaneceram lá por 8 dias, fizeram os primeiros contatos com os indígenas e rezaram uma missa no local:

“ Por muito tempo, esses indivíduos chamados genericamente de “índios”, foram vistos e representados como “primitivos” e “atrasados”, o que reproduzia o olhar eurocêntrico dos conquistadores diante de uma realidade diferente da sua. Apesar de a maior parte não conhecer a escrita, as populações indígenas possuíam seus próprios modos de compreender e organizar o mundo e de traduzir ideias em falas e ações, o que podemos considerar como um genuíno “pensamento ameríndio” (ROMEIRO, Julieta et al. pg. 29, 2020).

O manual português “Contamos com a História 10” não aborda sobre como ocorreu a chegada dos portugueses ao Brasil. Houve a busca em todos os outros manuais do ensino secundário português, onde não foi possível encontrar um discurso sobre o tema. Mesmo no manual “Contamos com a História 10”, ainda há partes que não são tratadas.

O manual “Viagens no Tempo 5” aborda o tema de forma direta e menos detalhada, em comparação aos outros manuais. O tema inicia-se em um capítulo chamado “O Império Português do Século XVI”:

“ O Brasil era um território com densas florestas, povoado por índios organizados em tribos seminômadas, que se dedicavam à agricultura, à caça, à pesca à recoleção (SANTOS, Armando et al. pg. 150, 2016)

Este manual está focado em apresentar os pontos positivos da colonização e as contribuições que os portugueses trouxeram ao mundo, principalmente ao desenvolvimento da sociedade e ciências d própria Portugal. Mencionam contribuições na arquitetura, manifestações culturais, nas ciências e na literatura:

- “ *A presença e influência dos Portugueses no Mundo é ainda hoje testemunhada pelos vestígios arquitetônicos deixados no seu antigo império, como igrejas e fortalezas (SANTOS, Armando et al. pg. 153, 2016).*

- “ *Assistiu-se no século XVI, em Portugal, a um grande desenvolvimento cultural, científico e artístico, em consequência dos contatos estabelecidos com diferentes povos durante a Expansão. Aproveitando os lucros obtidos com o comércio marítimo, o rei D. Manuel I patrocinou muitos estudos e projetos desenvolvidos neste período, em vários domínios (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016).*

- “ *O matemático Pedro Nunes aprofundou e desenvolveu os estudos na matemática e na Astronomia. O navegador Duarte Pacheco Pereira descreveu pormenores dos contatos com outros povos e culturas e fez excelentes descrições da fauna e flora, contribuindo para o desenvolvimento da Geografia, da zoologia e da botânica (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016)*

“ O médico Garcia de Orta fez importantes pesquisas sobre plantas medicinais, que foram fundamentais para a evolução da Botânica e da Medicina. Como consequência dessas pesquisas, Garcia de Orta publicou, em 1563, em Goa, o livro *Colóquio dos Simples e Drogas e Cousas Mediciniais da Índia* (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016).

“ A Cartografia foi outra das áreas que teve grande avanço científico na época (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016).

Um outro ponto positivo da colonização portuguesa segundo o manual é na área da Literatura, que foi muito influenciada pela expansão. A corte de D. Manuel I era frequentada pelas mais importantes famílias da Europa, e também por pintores, escritores, poetas e músicos:

“ Desta época destacam-se os relatos de viagens com descrições dos naufrágios, dos locais, dos povos, dos usos e dos costumes, como forma de dar a conhecer todos os pormenores considerados importantes das novas terras. Destacaram-se na produção destes textos Pero Vaz de Caminha, que descreveu ao rei D. Manuel I a chegada ao Brasil, Álvaro Velho, que relatou a viagem de Vasco da Gama à Índia, e Fernão Mendes Pinto, que descreveu suas viagens pelo Oriente (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016).

- “ Da época dos Descobrimentos, destacam-se também os poemas épicos, que descrevem os grandes feitos dos Portugueses na Expansão. Neste tipo de poesia, distinguiu-se Luis Vaz de Camões que, em versos, contou a História de Portugal, realçando a viagem de Vasco da Gama à Índia, na obra *Os Lusíadas* (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016).
- “ Nos textos teatrais, evidenciou-se Gil Vicente, considerado o fundador do teatro em Portugal. Nas suas obras, criticava, com humor, a sociedade, o luxo da corte e os vícios do clero (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016).

A arte portuguesa também foi fortemente influenciada pela expansão. Durante o reinado de D. Manuel I, desenvolveu-se o estilo Manuelino que está presente não somente na arte, mas também na arquitetura, na pintura, ourivesaria, no mobiliário e na tapeçaria:

- “ Na arquitetura manuelina são utilizados elementos decorativos nos portais, nas colunas e nas janelas, relacionados com a Natureza (troncos, folhas e raízes), com os barcos e o mar (redes, boias, algas, pérolas e conchas). A estes elementos juntam-se símbolos nacionais, como o escudo real, a esfera armilar e a cruz de Cristo. Deste estilo, destacam-se edifícios como o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, ambos em Lisboa (SANTOS, Armando et al. pg. 155, 2016).

“ Na pintura, as principais obras associam aos temas religiosos personagens de negros e índios, que representam os povos com os quais os Portugueses contactavam (SANTOS, Armando et al. pg. 156, 2016).

“ A arte da ouriversaria também manifestou a grandeza da época, devido à grande quantidade de ouro e pedras preciosas que chegavam a Portugal. Algumas das obras mais execionais encontram-se expostas em museus portugueses, nomeadamente no Museu Nacional de Arte Antina, em Lisboa (SANTOS, Armando et al. pg. 156, 2016).

A partir dos manuais, é possível intuir que os portugueses ao chegarem no Brasil foram recebidos amistosamente pelos nativos, mas estes eram vistos como seres “inferiores” aos europeus por não possuírem o mesmo conhecimento, fazendo assim com que fossem escravizados pelos colonos em seu próprio território.

O manual português direcionou o seu foco aos pontos positivos ocasionados pela expansão portuguesa, destacando as ciências naturais, medicina, arte, arquitetura, literatura, teatro entre outros. Isso pode ser percebido como uma forma de ressaltar os pontos positivos em detrimento aos pontos negativos da colonização (exploração, extração de recursos, escravização, entre outros).

CAPÍTULO 3

Índios, guerras e trabalho indígena

Este tópico pretende abordar como se deu as relações entre portugueses e indígenas posteriormente a colonização e como ocorreu a tentativa, sistemática, de escravização e catequização indígena.

Imagem 5



Índios Atravessando um Riacho (O Caçador de Escravos), Agostinho Brunias. Oleo sobre tela. Dimensões: altura: 80 cm; largura: 112 cm. Coleção Museu de Arte de São Paulo

Imagem 6



Nau Capitania de Cabral, Índios a Bordo da Capitania de Cabral. Oscar Pereira da Silva, 1900. Tinta a óleo: Dimensões: 42,5 centímetro x 61 centímetro. Localização: Museu do Ipiranga

Segundo o manual brasileiro “Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Brasil Diverso: Povos e Paisagens” afirma-se que os indígenas foram catequizados contra sua vontade:

“ Os jesuítas chegaram a América portuguesa com o primeiro governador-geral, Tomé de Souza em 1549. Comandados por Manuel da Nóbrega, tinham a incumbência não só de preservar as tradições religiosas entre os colonos, como também de converter ao catolicismo a imensidão de nativos (...). A evangelização estendeu-se por diversas partes da América, fincada em aldeamentos. Neles, os nativos eram confinados para catequese (...) com o trabalho realizado e a riqueza acumulada, os jesuítas conquistaram grande poder na América portuguesa e, desse modo, a ordem

adquiriu grande influência em diversos setores da sociedade. Várias pessoas consideravam a Companhia de Jesus uma espécie de Estado Autônomo na área colonial. Eram, até mesmo acusados de usurpar importantes espaços do rei. Um dos resultados desse aumento de poder foi a ocorrência de intensos e violentos conflitos entre jesuítas e colonos. Como consequência, no ano de 1760, esses religiosos foram expulsos dos domínios portugueses pelo Marquês de Pombal, ministro do império (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 65, 2020).

“ Nessas grandes áreas, a maior parte do trabalho era feita por pessoas escravizadas: primeiro indígenas e, depois, africanos. Toda a produção, em larga escala, destinava-se a atender uma demanda externa, sobretudo na Europa. Por isso, as fazendas produtoras concentravam-se em áreas litorâneas, onde se construíam portos para facilitar o escoamento do açúcar (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 66, 2020).

“ Aos poucos, em torno da produção do açúcar, desenvolveu-se uma grande estrutura, que concentrava indivíduos e atividades econômicas. Com esse processo, consolidava-se a ocupação portuguesa em terras americanas. A sociedade formada em torno do açúcar passaria a ser a principal referência em todo território colonial e até mesmo para a metrópole. Nela, afinal, encontravam-se as pessoas de maior poder político, econômico e social nos domínios portugueses na América (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 67, 2020).

O manual também afirma que naquele período, a sociedade era patriarcal e o senhor de engenho ocupava o papel central determinando o lugar social de todos:

“*Nessa sociedade, a violência era o principal mecanismo para manter a ordem estabelecida: enquanto o castigo físico forçava a pessoa escravizada ao trabalho, a Coroa, com forte centralização burocrática, punha em prática uma série de regras para impor a obediência aos colonos, como legislações, punições e incontroláveis obrigações. Essa violência, entretanto tinha medida certa: não podia ser muito cruel, para não despertar a revolta, tampouco branda, de forma que incentivasse a violência (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 68, 2020).*

Os grupos de pessoas pobres e livres viviam em moradias precárias, com família numerosa, alimentação escassa, em geral à base de farinha e feijão. Já os colonos livres possuíam um pouco mais de privilégio: pequenos comerciantes, funcionários da coroa portuguesa e clérigos.

O manual brasileiro “*América: Povos, Territórios e Dominação Colonial volume 5*” possui um capítulo destinado a tratar sobre o tema, que intitula-se “*Povos indígenas no Brasil: passado, presente e futuro:*

“*Segundo o pesquisador brasileiro José Ribamar Bessa Freire, é preciso desmistificar alguns equívocos muito recorrentes em relação aos povos indígenas. Um deles é o uso, muitas vezes preconceituoso e pejorativo, do termo genérico “índio”.*

Ao classificar esses povos em uma única categoria, sem considerar suas diferenças, não apenas restringimos nossa compreensão da dinâmica dessas populações, mas também, ajudamos a apagar a identidade e a ancestralidade de milhares de pessoas (ROMEIRO, Julieta et al. pg. 73, 2020).

“ Outro equívoco é considerar os povos indígenas como atrasados ou limitados culturalmente. Os conhecimentos que circulavam no território eram tão complexos e plurais quanto os povos que os habitavam. As diversas etnias desenvolveram métodos preciosos para construir habitações, armas e embarcações assim como técnicas eficazes de caça, pesca e tecelagem, aliadas a conhecimentos botânicos e agrícolas ancestrais. O domínio e o desenvolvimento de tantas habilidades têm sido pesquisados por cientistas de várias partes do mundo (ROMEIRO, Julieta et al. pg. 73, 2020).

O manual brasileiro ainda trouxe a questão dos os principais desafios dos povos indígenas no Brasil na atualidade, que vão além do preconceito e racismo, enquadram-se também os desafios territoriais.

Segundo o manual brasileiro, o tráfico negreiro ocorreu devido à falta de mão de obra para trabalhar nos engenhos:

“ Inicialmente, para contar com a mão de obra indígena na extração do pau-brasil, os portugueses adotaram o sistema de escambo. Em troca de serviços prestados aos portugueses, os indígenas recebiam enfeites, espelhos, espelhos, tecidos, en-

tre outros artigos. No entanto, na década de 1540, com o aumento da demanda de pau-brasil por parte dos portugueses, os indígenas começaram a resistir à prática do escambo (ROMEIRO, Julieta et al. pg. 121, 2020).

Imagem 7



DANÇA dos Tarairiu (Tapuias). Albert Eckhout.
Óleo sobre tela 172,00 cm x 295,00 cm. In:
ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura
Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023.
Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra14525/danca-dos-tarairiu-tapuias>. Verbetes
da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

O manual português “Contamos com a História 10” não aborda sobre a questão indígena, guerras e escravatura, sendo possível concluir que há uma falta de importância dada ao tema.

Segundo o manual português “Viagens no Tempo 5” a colonização do Brasil só começou em 1534, durante o reinado de D. João III: “Com a divisão do território em 15 capitanias, entregues a capitães-donatários, tal como já tinha sido feito nos arquipélagos atlânticos. Os capitães donatários tinham a função de

defender, povoar e a aproveitar os recursos naturais do território”. A palavra aproveitar foi utilizada para substituir o termo “explorar”, como uma forma de sutilizar a exploração de nossos recursos naturais pelos portugueses.

“ O pau-brasil (usado em tinturaria) e os animais exóticos foram as primeiras mercadorias a serem trazidas do Brasil para a Europa. As características do clima e do solo brasileiro permitiram, mais tarde, o cultivo da cana-de-açúcar, que passou rapidamente a ser o principal produto comercializado. Para a produção do açúcar era necessária muita mão de obra, mas os índios brasileiros eram em número reduzido e não resistiam ao trabalho exigente nem à escravatura. Por estas razões, os Portugueses levaram para o Brasil escravos da costa africana para trabalharem no cultivo da cana e fabrico do açúcar. (...) Foram enviados para o Brasil missionários, como o Padre António Vieira, que se dedicaram à transmissão da fé cristã, ao ensino e à proteção dos indígenas contra a escravatura (SANTOS, Armando et al. pg. 153, 2016).

Este trecho, busca ainda justificar o motivo pelo qual escravizaram tantos africanos, como se a falta de mão de obra fosse um fator que fundamente, de alguma forma, justificasse ou explicasse a escravização de pessoas. Para a pesquisadora portuguesa Marta Araújo os manuais escolares portugueses buscam explicar a escravatura como sendo algo natural, inevitável e inalterável: “A escravatura surge como um elemento das rotas comerciais, e, portanto, das ‘necessidades

económicas' nascidas com a colonização. É assim apresentada como um aspeto 'natural' do contexto de 'expansão' (económica) europeia e portuguesa dessa época" (ARAÚJO, pg. 10, 2012)

Ainda, a religião europeia que era o cristianismo foi imposta a força, os índios eram obrigados a abandonar suas crenças e aderir a uma nova religião. Havendo assim, um processo de aculturação:

“ A expansão marítima deu a conhecer novos lugares, povos, plantas, animais, produtos, saberes e culturas, o que influenciou o quotidiano das populações, nas mais diversas áreas. A convivência com povos em níveis de desenvolvimento muito distintos permitiu que diferentes culturas se influenciassem mutuamente, deixando marcas, ainda hoje visíveis. A este processo chama-se aculturação. Os contatos estabelecidos com os povos em África, na Ásia e na América não ocorreram de igual forma, uma vez que o tipo de convivência com estes povos dependia do grau de desenvolvimento das populações locais (...) Em África e na América, onde os povos eram menos desenvolvidos, foi mais facilitada e profunda a influência europeia (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016)

Pode comprovar-se que segundo os europeus, os povos americanos e africanos eram menos desenvolvidos e que isto foi um fator que facilitou o processo de aculturação e imposição da cultura europeia. O manual busca ainda trazer os pontos positivos da aculturação:

“ As populações locais foram obrigadas a trabalhar nas plantações e nas minas, desenvolvendo-se um intenso comércio de escravos entre os continentes africano e americano. Desta convivência entre Africanos, Índios e Europeus resultou um cruzamento de raças e a formação de comunidades mestiças (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016)

Pode-se concluir que os manuais portugueses abordaram a questão dos índios de forma genérica e, segundo a pesquisadora portuguesa Marta Araújo, trata-se de eurocentrismo:

“ Na modernidade, os sistemas educativos têm constituído instrumentos cruciais para a construção e reprodução das identidades nacionais. Através da imposição de currícula nacionais assentes numa produção eurocêntrica da história, o projeto homogeneizador da nação moderna resulta na discriminação e eliminação das diversas identidades e subjetividades dos estudantes, naturalizando e legitimando certas versões da identidade nacional e europeia (cristã, branca, ocidental) - construídas como ontologicamente distantes da geografia colonial (ARAÚJO, pg. 8, 2012).

Os manuais brasileiros trataram sobre a questão indígena de forma detalhada, com capítulos especiais para o tema. Buscaram explicar como estão organizados os grupos indígenas no atual território brasileiro, os principais equívocos históricos em relação aos povos indígenas e quais os principais desafios dos povos indígenas no Brasil na atualidade.

CAPÍTULO 4

Negros escravizados

A pesar da questão da escravidão estar avançada no tempo segundo a ordem cronológica, é imprescindível tratar sobre o tema.

Imagem 8



Comboio de café rumo à cidade, Jean-Baptiste Debret, 1826.

Segundo o manual brasileiro “*Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Brasil Diverso: Povos e Paisagens*” a questão da escravidão dos povos afri-

canos não é somente mencionada como possui um capítulo inteiro para abordá-la detalhadamente. É feita a seguinte introdução:

“ Assim como os demais continentes, a África apresenta grande diversidade histórica, geográfica e cultural. No século XV, o continente reunia paisagens e povos muito diferentes entre si, com enorme fluxo de pessoas e mercadorias. Muitos desses povos tinham intensas relações com outros de diversos locais do mundo. No Mali, por exemplo, os soberanos e os comerciantes estavam habituados a manter intercâmbio com os povos islâmicos do Magreb (região que compreende Marrocos, Argélia, e Tunísia), no noroeste da África, e do Oriente Médio. Na região próxima ao Oceano Índico, por sua vez, a sociedade de Monopotapa (localizada no atual território (localizada no atual território de Moçambique e Zimbábue) mantinha estreitas relações com povos da Península Arábica, da Índia e até da China, reunindo bons conhecimentos de técnicas marítimas. Mesmo nas densas florestas do sul do continente, eram produzidas mercadorias que terminavam, por variados caminhos, em terras distantes, como a Europa (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 73, 2020).

Muitos povos africanos estavam imersos em complexas redes de troca e comércio que ligavam a África, Ásia e Europa. Com os povos islâmicos da Ásia, e cada país possuía sua dinâmica de comércio que, inicialmente, eram pouco conhecidas pelos Europeus. Eles também desconheciam a extensão e riqueza do território Africano, aspectos que pos-

teriormente foram percebidos através das Grandes Navegações:

“ Com o início das Grandes Navegações, os europeus drenaram grande parte das redes comerciais e das riquezas que circulavam pela África. Isso trouxe grande consequência para os povos envolvidos, sobretudo os africanos. O principal produto desejado pelos europeus, a princípio, era o ouro. No entanto, com o estabelecimento de outras colônias, eles descobriram que era possível lucrar muito com o tráfico de gente escravizada (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 73, 2020).

Os europeus desconheciam sobre as relações comerciais Africanas pois não se dispunham a percebê-las, estavam fixados na obtenção de riquezas acima de tudo. Assim, eles alteraram várias dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais, demarcando territórios, incentivando rivalidades locais, gerando e agravando conflitos e disputas – uma situação que perdurou por mais de 400 anos.

Segundo o manual brasileiro “América: Povos, Territórios e Dominação Colonial volume 5” o tráfico negreiro ocorreu devido à falta de mão de obra para trabalhar nos engenhos:

“ A transição da escravidão indígena para a escravidão africana é um tema controverso entre os historiadores. Para Stuart Schwartz, as razões para essa substituição foram as guerras movidas contra os indígenas, as doenças trazidas pelos conquistadores, a fome, fatores que reduziram a

oferta de nativos para os engenhos. Ele adiciona outro fator: a organização social dos indígenas, que entrava em conflito com a lógica da colonização (ROMEIRO, Julieta et al. pg. 122, 2020).

“ O historiador Fernando Novais, entretanto, atribui a transição da escravidão indígena para a escravidão africana ao lucrativo tráfico negreiro. Essa atividade, ao ser operada pelos mercadores europeus, permitia que o lucro fluísse para a metrópole e não fosse retido na colônia. O tráfico de escravizados garantia assim que a colônia cumprisse sua função no sistema colonial: atender as demandas comerciais da metrópole. Segundo Novais “É a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão colonial africana, não o contrário (ROMEIRO, Julieta et al. pg. 122, 2020).

O manual português “Contamos com a História 10” aborda a questão da escravidão africana no Brasil da seguinte forma:

“ A colonização esclavagista do continente americano, sob o domínio português e espanhol, foi consolidada no Brasil no século XVI, através de um sistema que associou produção açucareira e tráfico de africanos. Embora diversas formas de escravatura tenham estado, desde sempre, presentes nas sociedades, nomeadamente no continente africano, onde cativos de diversas etnias eram trocados pelos produtos europeus, o facto é que a solução encontrada pelos Portugueses e Espanhóis de utilizar mão de obra escrava nas plantações das suas colónias inaugurou um processo de transfer-

ência forçada e massiva de africanos. Tal processo foi rapidamente seguido pelas restantes potências europeias, como a França, a Inglaterra e os Países Baixos. Inicialmente focado na produção açucareira nas ilhas atlânticas das Canárias, Madeira e São Tomé, o funcionamento do tráfico negreiro transatlântico foi-se desenvolvendo, sobretudo com o fim da União Ibérica, passando o tráfico negreiro a ser feito diretamente entre o Brasil e Angola (AMARAL, Cláudia et. al, pg. 57, 2022).

“ Entre os séculos XVI e XIX, mais de 13 milhões de mulheres e homens foram tirados de África Ocidental e enviados para o Brasil e as Antilhas. Entre 1576 e 1600, desembarcaram nos portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados, e nos inícios do século XVII esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil escravos africanos levados para a colônia brasileira, destinados essencialmente ao trabalho nos engenhos de açúcar. O aumento do tráfico deu-se de forma exponencial ao longo dos séculos XVII e XVIII, à medida que se multiplicavam as plantações no continente americano (primeiro açúcar e tabaco, depois, de algodão e café) e cresciam as exigências de mão de obra (AMARAL, Cláudia et. al, pg. 57, 2022).

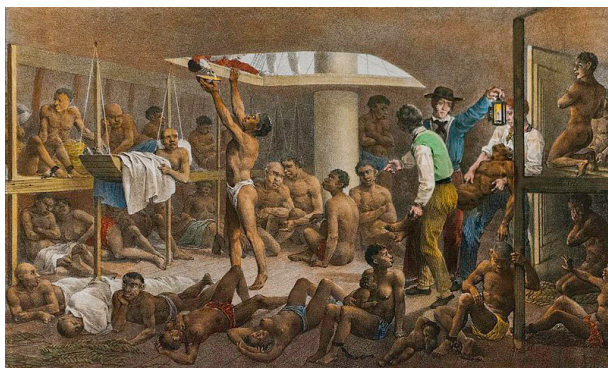
Este manual aborda também as condições desumanas na qual os escravos africanos viviam dentro dos navios, algo pouco mencionado em manuais portugueses:

“ As viagens foram feitas em navios mal equipados, com a carga humana apinhada nas cobertas, acorrentados, mal abastecidos de água e alimento, em condições de higiene indescritíveis. Os níveis de mortalidade, durante a travessia, atingiam, no século XVII, cerca de 30% em barcos ingleses. Os restantes terão sido conduzidos por navios franceses, espanhóis, holandeses, norte-americanos, suecos e dinamarqueses. Em finais do século XVIII, a população do Brasil, cerca de 3.250.000 habitantes, compunha-se de 50% de escravos, a maioria africanos, e 50% livres (dos quais metade eram “brancos” e a outra metade “pardos” (AMARAL, Cláudia et. al, pg. 57, 2022).

No entanto, este manual, mesmo referenciando as condições insalubres dos escravos nos navios portugueses, não deixa de mencionar outros impérios colonizadores que também o fizeram, para não serem totalmente responsabilizados por tal ato.

A partir da análise dos manuais, percebe-se que a partir da concepção portuguesa, buscou-se explicar o motivo pelo qual escravizaram africanos foi a falta de mão de obra no território brasileiro, como se este fosse um justificador para escravizar as pessoas. Ainda, mencionaram outras potências europeias da época que adotavam um regime escravocrata, para não “condenar” apenas os portugueses. Ademais, não mencionam a alteração que provocaram nas várias dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais do continente africano, que gerou guerras entre os povos.

Imagem 9:



Navio Negreiro, Johann Moritz Rugendas, 1830. Técnica: litografia. Dimensões: 35.50 x 51.30 cm. Museo Itaú Cultural. Fonte: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2996/negros-no-fundo-do-porao>

Segundo a pesquisadora portuguesa Marta Araújo, essa omissão de um tema de grande relevância pode ser considerado uma institucionalização do silêncio em torno da escravatura:

“ Tal silêncio consiste não tanto no apagamento deste processo para a construção da (ideia de) Europa, mas no esvaziamento da sua relevância política (Trouillout, 1995) e da governamentalidade racista a que esteve associado. Esta abordagem da escravatura insere-se numa tendência mais ampla de naturalização das relações de poder e violência, que tem vindo a caracterizar os discursos políticos e também académicos em Portugal sobre processos históricos fundamentais e profundamente interligados: cristianização e (pós) colonialismo. No que concerne especificamente

à escravatura, a sua trivialização é produzida através de várias fórmulas narrativas, designadamente: a despolitização da narrativa; a (in)visibilização de 'raça' e racismo e o 'triunfo' do humanismo igualitarista (ARAÚJO, pg. 8, 2012).

Conclui-se que os livros didáticos portugueses escondem o racismo no colonialismo português e naturalizam a escravatura, enquanto os manuais brasileiros dão ênfase ao assunto com capítulos para tratar sobre o tema.

A forma como a escravidão é representada nos manuais analisados parece, em nossa visão, inserir-se em uma abordagem despolitizada mais ampla de vários processos históricos (tais como a cristianização e o colonialismo, aos quais está intrinsecamente relacionada), sendo dissociada da esfera das relações históricas de poder que a influenciaram. Além da objetificação da figura do escravo, a trivialização da escravidão é alcançada ao descrevê-la como uma necessidade econômica e uma questão de direitos humanos (ARAÚJO, 2012).

Decisões políticas e econômicas

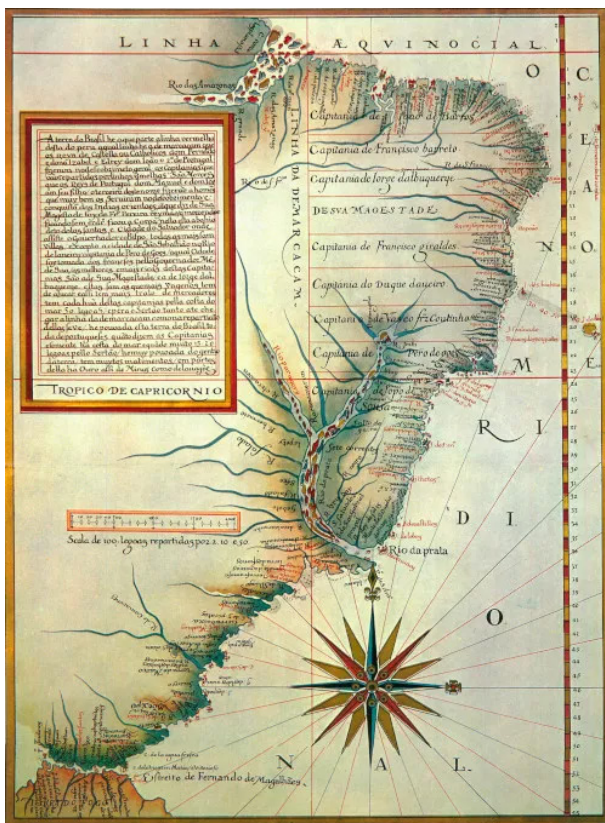
Este tópico abordará sobre as questões políticas e econômicas durante a colonização do Brasil e a organização das capitanias hereditárias. A estruturação das capitanias hereditárias evidencia o valor atribuído pelo governo português ao território, que, embora vasto, não ostentava a mesma importância comercial de outras regiões.

Essa abordagem representava uma estratégia cuidadosamente pensada para fomentar o progresso de um território que havia se mostrado maior e mais significativo do que uma ilha de dimensões modestas - contrariando a suposição inicial de Pero Vaz ao relatar o primeiro encontro com aquelas terras (FELONIUK, 2016).

O projeto das capitanias, datado do começo do século XVI, revelou uma ambição maior em comparação ao método de colonização empregado nas ilhas do Atlântico fora (SOUZA JUNIOR, 2002, p. 17). Diferentes propostas foram apresentadas, porém

a abordagem de colonização de Cristóvão Jaques, líder da armada guarda-costas que protegeu o litoral brasileiro contra navios de outras nações, foi adotada (FELONIUK, 2016).

Imagem 10



Mapa elaborado pelo cartógrafo português Luís Teixeira em 1586. Fonte: <https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/9707>

Segundo o manual brasileiro “Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Brasil Diverso: Povos

e Paisagens”, A partir de 1530 o interesse português sobre as colônias começou a mudar devido às alterações políticas da Coroa para as possessões ultramarinas. As terras da Coroa foram transferidas a particulares que eram as capitânicas Hereditárias ou Donatárias. Foram implantadas a partir de 1534 e continuavam a ser propriedade do rei, no entanto sua posse era de um capitão donatário, que poderia ser transferida hereditariamente:

“ Dentro do território, os capitães donatários dispunham de autoridade máxima. No entanto, eles deviam arcar com o custo da ocupação. Entre 1534 e 1536, a América Portuguesa foi dividida em 15 capitânicas hereditárias. Com tamanhos variáveis, em geral, estendiam-se desde o litoral até a linha do tratado de Tordesilhas ou aos limites de outra capitania. Dois documentos regiam as regras do negócio: a carta de doação e o foral. Além de dar posse, esses documentos estabeleciam as regalias e os poderes do donatário, assim como de seus futuros colonos, determinando seus direitos e deveres (...) A iniciativa das capitânicas hereditárias, apesar de muitos insucessos, resultou na formação de alguns núcleos coloniais como Porto Seguro e Ilhéus. As experiências de maior sucesso ocorreram nas capitânicas de Pernambuco e São Vicente, nas quais a produção de açúcar prosperou (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 63, 2020).

Em todo momento, percebe-se no manual brasileiro a narrativa de que a Coroa Portuguesa tentou explorar ao máximo o território brasileiro e obter recursos econômicos a partir dessa exploração, sem levar

em conta os interesses dos povos nativos. Diante do sucesso limitado, e com muitos revezes, algumas capitanias criou-se o Governo Geral para incentivar e auxiliar a posse da colônia, com a centralização das ações administrativas. Com o tempo o governador acumulou poderes e passou a controlar a arrecadação de impostos, administrar a justiça, nomear clérigos para os cargos religiosos e a impor a vontade do rei em todo o território.

Segundo o manual, a estrutura de ocupação e administração montada pela Coroa Portuguesa na América justificava-se pelos resultados satisfatórios obtidos com a produção do açúcar, que na época era um produto caro na Europa, que era equivalente as mercadorias de luxo que chegavam das Índias. Estima-se que na América portuguesa, por volta de 1600 existiam cerca de 200 engenhos para a produção do açúcar:

“ A região litorânea do atual Nordeste configurou-se como ideal para a produção do açúcar, por aspectos como clima, solo e, sobretudo, por ser mais próxima da Europa. A atividade ficou a princípio, concentrada nos litorais de Pernambuco e da Bahia, locais onde se formou uma sociedade com fortes concentrações de riqueza e poder, marcada pela ausência quase total de mobilidade social e pela existência de dois lados bem distintos: um formado por senhores livres e brancos e, outro, por trabalhadores escravizados, em sua maioria negros de origem africana (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 67, 2020).

Imagem 11



Engenho de Açúcar de Pernambuco, Frans Post, 1645. Dimensões: altura: 50 cm; largura: 74,5 cm. Coleção Acervo Artístico do Ministério das Relações Exteriores - Palácio Itamaraty

Apesar de intensas desigualdades, a produção açucareira garantiu a sociedade, com inúmeros sujeitos: senhores de engenho, lavradores, comerciantes, trabalhadores livres e pobres, pessoas escravizadas e escravos libertos. Tratava-se de uma sociedade patriarcal, com o senhor de engenho ocupando papel central e determinando o lugar social de todos:

“ Nessa sociedade, a violência era o principal mecanismo para manter a ordem estabelecida: enquanto o castigo físico forçava a pessoa escravizada ao trabalho, a Coroa, com forte centralização burocrática, punha em prática uma série de regras para impor a obediência aos colonos como legislações, punições e incontroláveis obrigações (GOETTEMS, Aloísio et al. pg. 67, 2020).

Segundo o manual brasileiro “América: Povos, Territórios e Dominação Colonial volume 5” inicia o tema apresentando uma carta escrita pelo rei D. João III, doando a capitania de Pernambuco ao donatário Duarte Coelho:

“ A quantos esta minha carta virem faço saber que considerando eu quanto serviço de Deus, e meu proveito, e bem de meus Reinos, e Senhorios, e dos naturaes, e subditos delles, e ser a minha costa, e terra do Brasil mais povoada do que atégora foi assim para se nella haver de celebrar o culto, e Officios Divinos, e se exalçar a nossa Santa Fé Catholica com trazer, e provocar a ella os naturaes da dita terra, Infieis, e idolatras, como pelo muito proveito, que se seguirá a meus Reinos e Senhorios, e aos naturas, e subditos delles, de se a dita terra povoar, e aproveitar houve por bem de a mandar repartir, e ordenar e.m Capitancias de certas em certas leguas para dellas prover aquellas pessoas que me bem parecer(...). O sistema de capitancias hereditárias começou a ser efetivamente implantado no Brasil em 1534, seguindo o modelo já adotado nas ilhas do Atlântico (ROMEIRO, Julieta et al. pg. 123, 2020).

O manual português “Contamos com a História 10” não aborda sobre o tema.

O manual português “Viagens no Tempo 5” apresenta a seguinte ideia:

“ Em 1549, foi criado o governo-geral do Brasil e nomeado Tomé de Souza como governador geral com

*poderes políticos e militares sobre todas as capitâ-
nias. Na mesma altura, os portugueses fixaram a
primeira capital do Brasil na cidade de S. Salvador
da Baía (SANTOS, Armando et al. pg. 154, 2016)*

Dessa forma, pode-se concluir que os manuais brasileiros destacam a exploração portuguesa no território brasileiro enquanto os manuais portugueses pouco abordam sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos discursos sobre o Descobrimen- to do Brasil contidos em dois manuais brasileiros e dois manuais portugueses foi possível concluir primeiramente, que os manuais brasileiros contêm mais informações e detalhes sobre o tema do que os manuais portugueses.

Os temas foram divididos em 5 tópicos cujo no primeiro “Intenções e Condições para o Descobri- mento” foi possível Ao examinar os manuais didáticos brasileiros e portugueses, é evidente que os manuais brasileiros adotam uma abordagem meticulosa ao tema. Eles procuram minuciosamente descrever o território brasileiro pré-descobrimen- to, as raízes dos povos que o habitavam, sua cultura e tradições – aspectos raramente mencionados nos manuais portugueses. Adicionalmente, é perceptível que a Coroa portuguesa tinha motivações econômicas ao explorar o Brasil, especialmente devido à crise financeira na Europa na época, que demandava a obtenção de lucros por meio da exploração de recursos.

Em contraste, os manuais portugueses adotam uma abordagem superficial e eurocêntrica do assunto. Eles tendem a realçar suas próprias inovações, como a caravela, e as contribuições que trouxeram para a humanidade. Buscam justificar a expansão marítima como um meio de ampliar o conhecimento do

mundo, uma vez que o entendimento geográfico da época era limitado. Estas abordagens distintas nos manuais didáticos refletem as perspectivas e intenções divergentes entre Brasil e Portugal na interpretação e apresentação da história marítima e descobrimento.

Já o segundo tópico “A Chegada dos Portugueses ao Brasil” A análise dos manuais sugere que os portugueses, ao desembarcarem no Brasil, inicialmente foram acolhidos de maneira amistosa pelos povos nativos. Entretanto, esses nativos eram considerados como “inferiores” aos europeus devido à disparidade de conhecimento. Eles acabaram sendo subjugados e submetidos à escravidão em sua própria terra, um assunto que será abordado no tópico subsequente.

Através do terceiro tópico “Índios, guerras e trabalho indígena” pôde-se concluir que houve um processo de aculturação europeia e que os povos europeus retratavam os povos americanos e africanos como menos desenvolvidos por não possuírem os mesmos conhecimentos.

O tópico “Negros Escravizados” na perspectiva portuguesa, procurou-se elucidar o motivo subjacente à escravização de africanos, atribuindo essa prática à escassez de mão de obra no território brasileiro, como se isso pudesse servir como uma justificativa para a subjugação humana. Além disso, destacaram outras nações europeias daquela época que também adotavam sistemas escravocratas, possivelmente com o intuito de não concentrar a “condenação” apenas sobre Portugal. No entanto, omitem delib-

eradamente as transformações que impuseram nas diversas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais do continente africano, as quais desencadearam conflitos entre povos e guerras.

A maneira como a escravidão é retratada nos manuais examinados parece, na nossa perspectiva, integrar-se em uma abordagem despolitizada mais abrangente de diversos processos históricos (como a cristianização e o colonialismo, aos quais está intrinsecamente ligada), sendo dissociada da esfera das relações históricas de poder que a moldaram. Além da objetificação da figura do escravo, a banalização da escravidão é alcançada ao descrevê-la como uma necessidade econômica e uma questão de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

MEC BRASIL: Livros Didáticos do Novo Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>

Ministério da Educação Português: Manuais do Primário e Secundário. Secretaria-Geral da Educação e Ciência. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-disponiveis>

BIBLIOGRAFIA

FREITAS, A. C. de O. **Utilização de recursos visuais e audiovisuais como estratégia no ensino da Biologia.** Curso de Pós-Graduação Universidade Estadual do Ceará, Beberibe, 2013.

PC Santos, FP de Jesus, GS de Carvalho, NO Lima. Cartilhas parasitológicas: A importância da transposição didática no processo de ensino aprendizagem. **Brazilian Journal of Development, Curitiba**, Volume 7, nº 9: 2021.

SOARES, Célia; CORREIA, Jorge. Memória Social e Representações sobre o Descobrimento do Brasil. Análise dos manuais portugueses de história. **Revista Psicologia**, Volume 17, nº2: 2003.

GOETTEMS, Aloísio Arno, GRANGEIRO, Cândido, JOIA, Antonio Luis, MARINS, Cosme Freire. **Palavras**

de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Brasil Diverso: Povos e Paisagens. São Paulo: Editora Palavras, 2020.

ROMEIRO, Julieta, APOLINÁRIO, Maria Raquel, MELANI Ricardo, JUNQUEIRA, Silas Martins. **América: Povos, Territórios e Dominação Colonial Volume 5.** São Paulo: Editora Moderna, 2020.

AMARAL, Cláudia, JESUS, Elisabete, NEVES, Pedro Almiro, CARVALHO, Maria Manuela. **Contamos com a História 10.** Porto Editora, 2022

SANTOS, Arnaldo, CIRNE, Joana, HENRIQUES, Marília. **Viagens no tempo 5.** Areal Editores, 2016.

FELONIUK, Wagner Silveira. **Direito Público na Origem do Brasil: Organização Administrativa, Tributária, Governamental e Judiciária das Capitânicas Hereditárias.** XII Encontro Nacional de História da ANPUH RS. Ensino, Direitos e Democracia. 2016

BRANCO DE GODOI, A. B.; BRANCO, E. P.; IWASSE ALEGRÂNCIO, L. F.; ZANATTA, S. C. Uma Visão Crítica Sobre a Implantação da Base Nacional Comum Curricular em Consonância com a Reforma do Ensino Médio. **Revista Debates em Educação - Universidade Federal de Alagoas.** Alagoas, volume. 10, nº 21, 2018

BARBOSA DE MELO, L. C.; DE SOUZA MATOS, M. A.; COSTA, N. F. A nova BNCC do Ensino Médio: uma revisão de trabalhos publicados no Portal de

Periódicos Capes/MEC. **Revista Espaço Pedagógico**, volume 30, 2023. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14324>. Acesso em: 9 ago. 2023.

ARAÚJO, Marta. A institucionalização do silêncio: a escravatura nos manuais de história portugueses. *Revista do SNESup*, Janeiro - Fevereiro - Março, 2011, número 39, pp. 32-39, 2012.